



A Revista *O Ensino* (PR) no início do século XX: ecos do movimento político pela alfabetização

*"O Ensino" Magazine (PR) in the early 20th century:
echoes from the political movement for literacy*

*La Revue L'enseignement (PR) au début du XXe siècles:
échos du mouvement politique par l'alphabétisation*

Claudia Maria Petchak Zanloreniz¹
Universidade Estadual do Paraná

Maria Isabel Moura Nascimento²
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Resumo: O presente artigo tem por finalidade apresentar um estudo que teve como questão norteadora a revista *O Ensino* e o trabalho da Inspeção Geral de Ensino do Paraná, como ressonância do movimento político no país em relação à alfabetização no início do século XX. Para tanto, por meio da pesquisa bibliográfica e do exame documental, foi possível analisar as notícias da fonte primária, catalogar os textos e excertos que tratavam sobre a alfabetização e por fim fazer a reflexão conforme os objetivos do trabalho. Esse trabalho, longe de desvalorizar os esforços empreendidos por esse órgão governamental e que eram reflexos das condições materiais do período, teve a finalidade de problematizar uma etapa de ensino, considerada um entrave para a modernização da sociedade republicana.

Palavras-chave: Educação. Alfabetização. Revista *O Ensino*.

Abstract: The purpose of this article is to present a study that had as a guiding question the magazine "O Ensino" and the work of the General Inspectorate of Education of Paraná, as a resonance of the political movement in the country in relation to literacy at the beginning of the twentieth century. For this, through bibliographic research and documentary examination, it was possible to analyze the news from the primary source, catalog the texts and excerpts that dealt with literacy and, finally, reflect on the objectives of the work. This work, far from devaluing the efforts made by this government agency and which were reflections of the material conditions of the period, had the purpose of problematizing a stage of teaching, considered an obstacle to the modernization of republican society.

Keywords: Education. Literacy. "O ensino" magazine.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Professora Adjunta da Universidade Estadual do Paraná- Campus União da Vitória. Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Práxis Educativa (GEPPRAX - UNESPAR- União da Vitória); membro do Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação dos Campos Gerais (HISTEDBR). *E-mail:* aecmari@gmail.com. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/5635517055338323>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-8937-6308>.

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Professora Associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG. Professora Produtividade CNPq. Líder no Grupo de Pesquisas História, Sociedade e Educação dos Campos Gerais-PR (HISTEDBR). *E-mail:* misabelnasc@gmail.com. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/9271546918567505>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0001-6243-9973>.

Résumé: Le but de cet article est de présenter une étude qu'il a eu comme question directrice la revue *L'enseignement* et le travail de l'Inspection Générale de l'Enseignement du Paraná, comme une résonance du mouvement politique dans le pays par rapport à l'alphabétisation au début de le vingtième siècle. Pour cela, par des recherches bibliographiques et d'examen documentaire, il a été possible d'analyser les actualités de la source primaire, de cataloguer les textes et extraits qui traitaient sur l'alphabétisation et, enfin, faire des réflexions selon les objectifs de travail. Ce travail, loin de dévaloriser les efforts faits par cette agence gouvernementale et qui étaient le reflet des conditions matérielles de la période, il a eu pour le but de problématiser une étape d'enseignement, considérée comme un obstacle à la modernisation de la société républicaine.

Mots clés: L'Éducation. L'alphabétisation. La revue *L'Enseignement*.

Recebido em: 19 de março de 2021

Aceito em: 06 de junho de 2021

Introdução

A discussão sobre a alfabetização como eixo fundamental para desenvolvimento do homem é um tema que não se esgota, principalmente quando se trata das políticas públicas. Essa questão sempre esteve e ainda se faz presente nas agendas políticas, pois o analfabetismo é um problema ainda não resolvido, visto nos índices atuais, quais sejam, 6,6%, em 2019 (11 milhões de analfabetos), de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Educação (Pnda), divulgada em 17 de julho de 2020³.

Conhecer como a alfabetização foi proposta pelos governos é uma forma de verificar os ecos na atualidade, as discontinuidades das propostas governamentais e ao mesmo tempo a continuidade há décadas de projetos que desconsideram a educação como direito, apresentando apenas ações paliativas, apesar de ser proclamado como um problema de ordem política. Os projetos que envolvem a alfabetização sempre foram palco das plataformas governamentais, a exemplo Parâmetros em Ação (1999), Profª (2001), Pró-letramento (2005), PNAIC (2013) e atualmente o PNA (2017), que apesar de afirmarem a preocupação e a importância desta etapa de ensino, as rupturas com os programas anteriores e a falta de considerar a opinião dos atores, no caso a equipe escolar, demonstra as fragilidades das políticas públicas.

Mesmo com concepções e metodologias diferentes, algo em comum pode ser observado nesses programas, a utilização da imprensa para divulgação das propostas, como publicização e como forma de convencimento, uma estratégia que não se resume apenas à atualidade e sim verificada já no início do século XX.

³ Disponível em [Endereço Eletrônico](#).

A imprensa, dada a sua imediatividade, é um campo que possibilita às pesquisas um olhar que relacionando o particular com o movimento mais amplo do país. Nessa perspectiva, o presente artigo tem por finalidade apresentar um estudo que teve como questão norteadora a revista *O Ensino*⁴ e o trabalho da Inspeção Geral de Ensino do Paraná e a ressonância com o movimento político em relação à alfabetização.

Cabe aqui considerarmos o importante papel educativo da imprensa no país no final do século XIX e início do XX. De cunho republicano, a imprensa preparou terreno para difundir a ideia de República, só para termos uma ideia da dimensão dessa efervescência, no pequeno grupo de letrados, “[...] o número de jornais republicanos passou de 21 em 1870 para 86 em 1888.” (CURY, 2001, p. 29). E, junto à imprensa, o projeto de educação como a principal solução para os problemas do país. Dessa forma, era colocada, ideologicamente, a necessidade de “educar” o povo no “novo” “[...] molde republicano, pelo qual propugnava-se que o desenvolvimento do país passava pela eliminação da defasagem escolar[...].” (NASCIMENTO, 2004, p.3).

Diante disso, nesse estudo, será apresentada a análise das matérias que versam sobre as propostas do governo para a alfabetização. A metodologia utilizada foi bibliográfica e análise documental e como procedimentos metodológicos foi realizado o levantamento das notícias da fonte primária, a catalogação dos textos e, por fim, a análise dos excertos que tratavam sobre a alfabetização.

O artigo está dividido em dois momentos, sendo que primeiramente será feita uma breve contextualização sobre a Inspeção de Ensino vigente no período do estudo e a apresentação da Revista *O Ensino* para, na sequência, ser apontada a análise realizada na revista. Salientamos que o presente texto, mesmo brevemente, elucida reflexões sobre a temática da alfabetização, principalmente no início do século XX, uma vez que era considerada um entrave para a modernização da sociedade republicana.

Inspeção Geral do Ensino do Paraná e a publicação da Revista *O Ensino*.

O Estado do Paraná teve sua base econômica especialmente caracterizada pela agricultura. Na década de 1920, período dessa pesquisa, a economia era centrada no extrativismo da erva mate, todavia já se consolidava a indústria madeireira, para em 1930, o estado ser expoente na exportação desse produto. Tal cenário contribuiu de forma significativa para o crescimento demográfico, principalmente a urbanização, que junto

⁴ <https://repositorio.ufsc.br>.

com a produção do café da região norte do estado, impulsionou a economia interna do estado e a industrialização, que “[...] gestou modificações socioeconômicas e político-culturais, propiciando alterações no contexto educacional, entre as quais, a reforma do ensino.” (MIGUEL, 1997, p. 22).

O presidente do Estado do Paraná, em 1920, era Caetano Munhoz da Rocha, o qual propôs reformas, principalmente na área educacional, tendo como base as discussões e reformas realizadas nacionalmente, como por exemplo, no estado de São Paulo, que era modelo de modernização para os outros estados do país.

Nesse contexto, destacamos o papel dos intelectuais frente aos órgãos oficiais, que sob grande influência das ideias de renovação pelo movimento da Escola Nova, vislumbravam a educação como forma de transformação da sociedade, defendendo a necessidade de reformar e remodelar o ensino dos estados e consequentemente fortalecer a educação pública. (WEREBE, 1994), a fim de atender a necessidade de mão de obra para uma sociedade que se consolidava nos moldes de produção capitalista.

Intelectuais como Sampaio Dória, em São Paulo, Lourenço Filho, no Ceará, Anísio Teixeira, na Bahia, Fernando de Azevedo, no Distrito Federal, impetraram reformas, mesmo com fragilidades, que apontaram para a necessidade de debater e discutir sobre a educação e a sua importância para o desenvolvimento do país, fato que, mesmo com diversos interesses, não deve deixar de ser enaltecido.

No Paraná, as medidas reformadoras foram idealizadas pelo então Inspetor Geral do Ensino, Cesar Pietro Martinez⁵ que assumiu o cargo com a finalidade de “[...] remodelar aparelho escolar existente.” (MARTINEZ, 1920, p. 02)⁶ principalmente em relação ao analfabetismo, que no Brasil alcançava o vasto índice de 65,0% da população, “cerca de 20.000.000 de analfabetos e que pouco pode produzir em relação a uberdade e riqueza de seu solo. Nesta situação nunca poderemos ser um país rico.” (MARTINEZ, 1920, p. 3). Muito embora, já houvesse as primícias de uma discussão sobre a finalidade da escola para além do mero fetiche da alfabetização, principalmente com os ideais escolanovistas, verificamos no discurso do inspetor que essa seria a meta do seu trabalho.

Atendendo ao projeto político liberal e ao anseio civilizatório de ordem e urbanização, a reforma em consonância com o Código de Ensino de 1917, tinha por finalidade organizar o “[...] signo da instauração da nova ordem” (CARVALHO, 1989, p.

⁵ Cesar Pietro Martinez era ex-diretor da Escola Normal de Pirassununga, nomeado Inspetor Geral de Ensino em 16 de abril de 1920. “Foi a 16 de abril de 1920 que a actual Inspetoria do Ensino iniciou os seus trabalhos para dar cumprimento ao programma administrativo de S. Ex^o o Snr, Presidente do Estado, na parte referente ao ensino público.” (O ENSINO, 1922, p. 01).

⁶ Os excertos das fontes estarão escritos na forma original.

07), qual seja, a escola. Nesta linha, as ações da Inspeção de Ensino pautavam-se no aparelhamento das escolas e sua expansão física, pois “[...] a escola não preenche ainda todos os fins a que se destina. Particularmente devíamos nella encontrar, em raízes mais profundas, os germes do nacionalismo. (RIBEIRO, 1922, p. 59). Entretanto, não apenas aparelhar a escola, como também a formação do professor era outro assunto notadamente na pauta das ações da inspeção. Uma das estratégias para que essa formação chegasse aos bancos escolares foi a impressão da revista *O Ensino*.

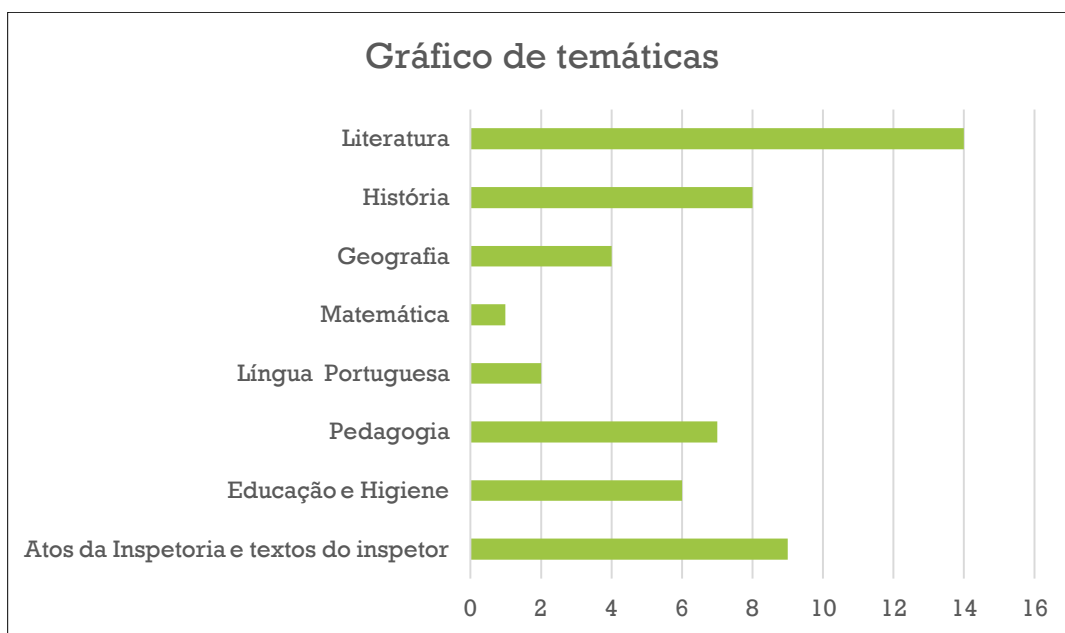
Essa revista era um periódico pedagógico, publicado entre 1922 e 1924, com a finalidade de veicular atos oficiais e práticas educativas, vinculados à uma perspectiva pedagógica, social, política, econômica e cultural assumida pelo governo do Estado. Foi amplamente utilizada para a legitimação das reformas e propostas educacionais, conforme apontado na edição n. 1, em qual afirma ser “ a palavra da ordem e do comando reflectindo o pensamento e a acção do governo do Estado” (O ENSINO, 1922, p. 5).

As matérias versavam sobre os aspectos pedagógicos e didáticos, que eram escritos por diretores dos grupos escolares, por professores ou pelo próprio inspetor de ensino, que assinava os textos sob vários assuntos e não apenas os que indicavam os atos oficiais. Neste sentido, afirmamos que a revista foi criada como informativo aos professores, mas além disso como expressão de uma concepção pedagógica, filosófica, psicológica e como manutenção de uma proposta governamental. É mister compreender que “desvendar o que se veicula nos discursos desses periódicos é desvendar a forma como o trabalho educacional se concretiza, reflexo das vinculações ideológicas” (ZANLORENZI, 2018, p. 386).

A revista *O Ensino* era escrita em papel jornal, iniciando com a súmula em qual eram discorridos os assuntos que seriam abordados e com paginação contínua, em média 80 páginas. A sua distribuição gratuita não se resumia apenas aos professores do estado do Paraná, mas sim para todo o Brasil, com o objetivo de “a estimular e orientar o trabalho dos Srs. Professores” (MARTINEZ, 1924, p. 107).

Nas páginas da revista, eram noticiados vários assuntos, muito deles de cunho pedagógico e que possibilita uma análise da concepção de educação do governo estadual. Em relação ao quantitativo dos assuntos, o gráfico abaixo aponta as temáticas.

Gráfico - Total de textos



Fonte: elaborado pelas autoras.

É possível verificar que o direcionamento das temáticas veiculadas era reflexo das discussões mais amplas presentes nos meios educacionais, por exemplo, a quantidade dos temas que envolvem a Pedagogia, como também a educação e higiene, escritos pelo próprio inspetor ou por funcionários da inspetoria. Em contrapartida, observamos pouco interesse em divulgar assuntos relacionados às outras áreas de conhecimento, principalmente por ser uma revista pedagógica com a função de formação docente, o que podemos inferir que os interesses da sua publicação ultrapassavam esse objetivo, pois com a finalidade de dar visibilidade às questões educacionais em pauta, a imprensa foi local ideal para a publicização dos projetos dos governos.

No entanto, mesmo que fosse a expressão de uma concepção de educação pronunciada pelo governo, uma vez que era organizada por um órgão oficial, em tempos em que a formação docente era precária, o periódico foi um instrumento para o conhecimento de práticas pedagógicas nos diferentes lugares do estado, onde dificilmente os docentes teriam acesso a um material que versasse sobre o ensino, constituindo-se como apoio pedagógico. É importante destacar que, nesse contexto, poucos eram os professores formados pela escolar Normal.

Feita essa breve contextualização, na próxima seção, serão apresentados excertos da revista sobre a alfabetização que proporcionarão, mesmo que brevemente, conhecer o trabalho da Inspeção em relação à alfabetização.

A Revista *O Ensino* e a ressonância do movimento político pela alfabetização do início do século XX

A Proclamação da República, em 1889, e a opção do regime republicano federado, inaugura a decisão das ações futuras fundamentadas no Estado de direito e laico, com a promessa de igualdade e liberdade, sob a noção de cidadania. Diante disso, quem vai governar, ou seja, colocar o estado em ação, deverá em sua obra política promover a transparência dos seus atos, de forma pública. Havendo, desta forma, o controle social.

Essa prerrogativa encontra-se de forma explícita e nas letras da lei, mais especificamente, no art. 37 da Constituição Federal (1988), o qual estabelece a observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, **publicidade** e eficiência (grifo nosso). Todavia, a necessidade de informação já era um direito apontado em outras leis anteriores, muito embora com outras acepções e de forma implícita.

A exemplo, é verificado na primeira constituição estadual do Paraná⁷, no artigo 47, que trata das atribuições do governador, o qual deve “Prestar ao Congresso do Estado as informações e os esclarecimentos que lhe forem requisitados.” (PARANÁ, 1911, p. 07). Por outro lado, prestar informações também tem uma intenção que, muitas vezes, extrapola a questão legal, ou seja, como promoção dos atos de um órgão público e como instrumento de persuasão, fato que pode ser visto atualmente nas propagandas governamentais da grande imprensa, utilizada indiscriminadamente para convencimento. É importante apontar que, “A imprensa, seja jornal de caráter leigo ou revista de cunho especificamente educacional, deve ser analisada como um meio de comunicação social vinculado a um contexto, sendo assim, formadora de opinião e veículo de atuação” (ZANLORENZI; NASCIMENTO, 2013, p.12). Diante disso, a utilização da imprensa como forma de publicização é providencial, em qualquer período.

No estado do Paraná, a Inspeção Geral do Ensino do Paraná utilizou desse artifício para a publicação dos atos do órgão com a veiculação da revista pedagógica *O Ensino*. A proposta de um periódico didático era amplamente utilizada nesse período em vários estados, destacando-se a revista *Educação e Ensino*, revista pedagógica da instrução pública municipal, do Rio de Janeiro (1897); *A Escola*, revista oficial de ensino do estado do Pará (1902); *Revista Escolar*, de São Paulo, da Diretoria de Instrução Pública (1925); *Revista Educação*, São Paulo, da Diretoria Geral de Ensino (1927), dentre outras (CATANI, 1996).

⁷ Promulgada em 1892 e vigente até 1927.

Para análise dessa pesquisa foi realizado o cotejamento entre o que a revista apontava em sua edição de 1922 e o Relatório do Inspetor Geral de Ensino Cesar Pietro Martinez (1921)⁸, uma vez que nesse relatório estava registrado o programa planejado para a alfabetização, bem como a proximidade da data do relatório e da publicação da revista.

Em virtude que o relatório era um documento com fins burocráticos, a edição da revista era uma forma de alcançar um público maior, justificando a sua publicação como “[...] necessária a difusão das idéas salutareas que devem germinar no meio dos professores. É a palavra de ordem e comando reflectindo o pensamento e a acção do Governo do Estado” (O ENSINO, 1922, p. 5). Neste sentido, o periódico seria o porta voz e um modelo, entre os professores, sendo o mais edificante, o mais assertivo, para a manutenção de uma ordem implicitamente presente nas matérias, não apenas especificamente no estado do Paraná, mas sim em um movimento mais amplo do país, especialmente em relação à educação.

Utilizar um periódico pedagógico foi a forma de publicizar efetivamente a concepção de educação defendida pela inspetoria em consonância ao movimento político do país e já na primeira edição da revista, há um texto sem autoria que apresenta qual seria a função desse órgão

[...] regular o funcionamento de centenaes de escolaa espalhadas pelas cidades, villas e logarejos do vasto território paranaense. Além dessa responsabilidade cabe-lhe ainda a missão de animar com sua palavra e com seu exemplo a todos quantos tomam parte nessa batalha civilizadora, a fim de que se avive a lucta e se intensifique cada vez mais a obra fecunda da educação do povo (O ENSINO, 1922, p. 4).

Há acepções nesse excerto que apontam a intenção da revista e os ecos de um projeto maior de nação, ou seja, a matéria apresenta que o departamento de Instrução Pública tem como função regular o funcionamento e essa responsabilidade também é acrescida de dar exemplo para aqueles que lutam pela educação do povo, uma batalha civilizatória. A inspetoria, em sua superioridade de órgão oficial, teria o papel civilizador para a organização da nacionalidade, apontando modelos e regras, especialmente em relação à preocupação com a alfabetização já que “Cento e dez mil creanças reclamam o alfabeto com o mesmo desejo das plantazinhas sequiosas da chuva fertilisante. Muitos já completaram o último anno escolar e outras começa a atingir o primeiro” (O ENSINO, 1922, p. 4). A aprendizagem da leitura e da escrita foi o corolário, já no início do século XX, para sanar o analfabetismo que passava a ser “[...] a marca de inaptidão para o Progresso” (CARVALHO, 1989, p. 40).

⁸ Relatório do Inspetor Geral de Ensino Cesar Pietro Martinez (Arquivo Público do Paraná).

No referido relatório, consta que “Do norte ao sul do país a estatística do analfabetismo causa pavor (MARTINEZ, 1921, p. 4). Reflexo das discussões nacionais e que apontam a urgência de nacionalização da língua e modernização do país, considerava-se, nesse período que “[...] os empecilhos à formação de uma sociedade aberta se encontravam, basicamente, na grande massa analfabeta da população brasileira” (NAGLE, 2001, p. 145).

Esse foi objetivo primordial da inspetoria, ou seja, “Os nossos trabalhos de inspeção, do princípio ao fim do ano, visarão sempre este ponto que julgamos capital e que é uma questão de hora para o Brasil” (MARTINEZ, 1921, p. 05), uma vez que o projeto civilizatório de educação, conseqüentemente, levaria a uma nova sociedade com novos modos de pensar, agir fundamentado na ânsia pela modernização. Em contrapartida, às custas do preconceito e o propósito de higienização contra o analfabeto, a grande maioria dos negros, trabalhadores, camponeses, presentes então naquela sociedade que se pretendia civilizatória e que permaneceriam à margem dos benefícios do desenvolvimento, fato que pode ser verificado ainda nos dias atuais⁹.

A temática da alfabetização e a relação com algo que irá fertilizar o novo, foi o objetivo presente nas narrativas para que o país se igualasse às grandes nações. Tal preocupação é justificada diante o alto índice nacional na época de analfabetos, fato que era necessário o “interesse de todas as classes pela luta contra o analfabetismo, o maior dos males” (“O ENSINO”, 1922, p. 5). O empenho em saná-la tinha como objetivo tornar as pessoas “[...] saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica da redenção nacional” (CARVALHO, 1989, p. 10). Verifica-se, no relatório, de forma explícita essa finalidade quando é afirmado que

O homem analfabeto e, além de tudo, uma força de resultados quasi nullos, incapaz de lutar contra o meio e, portanto, de vencer pra produzir. Todo homem instruído produz sem grande esforço e em proporção vantajosa. Não conseguiremos pois, produzir tanto quanto a riqueza do nosso solo nos permite, enquanto permanecermos neste estado lamentável de analfabetismo (MARTINEZ, 1921, p. 4).

Ao ser apontado que a inspetoria pública estava cumprindo com esta finalidade, a publicação e propaganda governamental eram a maneira mais efetiva de disseminação de uma concepção de educação como fundamental para modelar condutas, sobretudo as incômodas, no caso, “[...] trilhar o verdadeiro caminho que nos ha os conduzir fatalmente a todos surtos do progresso e que há de fortalecer cada vez mais o laços da

⁹ Conforme dados da pesquisa domiciliar do IBGE, realizada em 2017, há no país 11,46% analfabetos com mais de 15 anos (IBGE, 2018), sendo que deste total 26% são de pessoas brancas e 73% de pardos e negros. Este índice demonstra que os brancos têm mais acesso à educação que os negros.

nossa nacionalidade”(O ENSINO, 1922, p. 05), pois a nação precisava ser corrigida e civilizada para a garantia da estabilidade econômica e social.

O ensino da leitura e da escrita está estritamente relacionada a essa ideia de nacionalismo, com a disseminação da língua materna e o fortalecimento da ideia de nação brasileira, inclusive com movimentos que apoiavam a proibição de outras línguas serem utilizadas no país. Podemos observar essa posição ao verificarmos na revista os assuntos tratados no Congresso Interestadual de Ensino, realizado na capital Curitiba, sendo uma das proposições a proibição do “[...] ensino de línguas estrangeiras a crianças menores de dez anos” (CARVALHO, 1922, p.77).

Sobre a ideia de nacionalidade, era “incabível pensar em promover o progresso da nação, sem que a ideia de nacionalismo ou patriotismo estivesse vinculada ao desenvolvimento de cada homem, mulher, criança e idoso desse país [...]” (NASCIMENTO, 2008, p. 97), mesmo que essa concepção de nação fosse uma forma ideológica de responder aos anseios de uma determinada classe, a elite burguesa. Diante disso,

[...] a educação escolar cumpria uma missão civilizadora, que era de homogeneizar a República composta, que era de uma população heterogênea e diversa. A pedagogia liberal então se concentra nesse esforço de transformar o “súdito em cidadão” e em trabalhador. Os temas eram então o civismo e o nacionalismo (NORONHA, 2009, p. 167).

Observa-se, nesse momento, o arrefecimento do fetiche da alfabetização como instrumento de integração do homem e de construção da cidadania e o reforço da associação entre escolarização e disciplinamento da força de trabalho (NORONHA, 2009).

Nesta ordem, são introduzidos novos padrões de pensamento e regras de conduta, e a revista aponta que “O que o Governo do Paraná tem feito nestes últimos dous anos é um grande passo para a disseminação do alfabeto com todo o seu território” (O ENSINO, 1922, p. 07), ou seja, a revista dá publicidade ao empenho do governo em cumprir com sua obrigação em consonância ao movimento nacional. Para tanto,

Si se levar em conta que as medidas postas em prática para o serviço da alfabetização tendem, cada vez mais a facilitar essa tarefa pois o professor assim treinado, argumentará forçosamente de anno para anno a sua eficiência de trabalho, claro está claro que dentro de poucos anos a escola verá coroada de êxito a sua santa missão. Todas as localidades providas de escolas estarão desse modo, em condições de proclamar bem alto o seu grão de progresso intellectual (O ENSINO, 1922, p. 09).

Com a narrativa de progresso, cria-se uma atmosfera de que a partir da escola redentora se alcançaria tal objetivo e os professores missionários e treinados eficientemente continuariam a manutenção de uma ordem uniforme, dentro dos preceitos

do Estado em consonância com a ordem republicana e os ideais civilizatórios. Como a educação e formação do educador se constitui nas condições concretas em que vive, suas ações contribuirão de forma efetiva para a manutenção do já existente.

É importante salientar que o questionamento com esta publicização não é desconsiderar o trabalho para sanar o analfabetismo, mas sim a universalização de um *modus vivendi*, pela narrativa de progresso, modernidade, com padrões fixados desde a urbanização das cidades até prática docente, que segue um movimento mais amplo de uma sociedade do início da república que se consolidava no modo de produção capitalista, no qual a desigualdade é a peça chave e fomento para a sua manutenção.

Nesta linha, a educação deveria estar em conformidade com o papel de formação de mão-de-obra qualificada, disciplinada, para construção de uma sociedade moderna, fenômeno que não é só do Brasil, mas sim típico das sociedades de classes, principalmente as propostas para o período de alfabetização.

A narrativa desse início da república, pauta dos discursos governamentais, pressupunha um modelo, não como algo orquestrado, mas como resultado de um modo de produção em que a retórica era instrumento imprescindível para a sua manutenção, e certas motivações particulares são dadas como necessidades gerais. (BOSI, 2006). Para tanto, todos os esforços eram necessários para alcançar esta nova ordem social, apontado no seguinte excerto, no qual há a afirmação de que “Dentro dos recursos orçamentários o Governo está conseguindo que o Ensino público primário tome um impulso considerável e, nesse prosseguimento, chegará dentro em breve a extinguir o analfabetismo até nas zonas de população menos densa.” (O ENSINO, 1922, p. 07). Todavia, por mais que as ações da Inspeção, conforme apontado acima, almejassem esse objetivo, os índices demonstravam que muito ainda deveria ser feito.

As escolas isoladas do Estado, de acordo com os dados fornecidos pela secção de estatística, alfabetizaram, dentre 9.923 alumnos matriculados, 6082 que foram promovidos pela 2ª série, cabendo às da capital, entre 1785 alumnos, 931 promovidos para a 2ª série. A percentagem de promoção foi, para capital, de 52.1% e para o interior 61,4%. Os grupos escolares da capital alfabetizaram 825 alumnos de 1466 matriculados e os do interior 919 dos 2767 matriculados. A percentagem alcançada pelos grupos da capital foi, em média, de 53.6%. Os grupos do interior conseguiram uma percentagem média de 51.8% (MARTINEZ, 1923, p. 32).

Observa-se que as taxas continuavam altas em relação aos alunos que frequentavam as escolas públicas, pois essa questão não deve ser apenas direcionada ao trabalho de sala de aula, focalizando ora no método, ora na estrutura ou na formação docente, mas deve ser considerado em sua totalidade que envolve fatores econômicos, políticos e culturais, uma vez que a educação é multideterminada. Outrossim, a ideia de

sanar com o analfabetismo não se resume a esta etapa da vida, mas também aos jovens e adultos, os quais não foram em nenhum momento mencionados nas ações da inspetoria.

Por fim, direcionar as ações para a alfabetização e divulgar na revista era uma forma de concatenar com os ideais de manutenção da ordem social e a uma plataforma política liberal, não apenas do estado, mas sim do país, reflexo de um movimento de totalidade.

Considerações finais

O presente trabalho não teve a finalidade de esgotar o debate sobre políticas públicas para a alfabetização e sua utilização como salvadora da pátria, que almejava estar nos moldes da modernidade republicana divulgados na imprensa educacional.

Os apontamentos realizados apresentam a forma como a imprensa é utilizada de forma estratégica para veiculação de interesses. Com efeito, a imprensa educacional é uma estratégica para veiculação de interesses e, principalmente, de uma ideologia para manutenção de uma ordem preconizada pelo estado e a revista *O Ensino* estava em consonância com essa finalidade, especialmente no que concerne ao discurso sobre a alfabetização.

Caracterizada como um periódico pedagógico, a revista se constitui mais como uma forma de propaganda estatal do que um material de apoio e formação docente. Mesmo os outros assuntos publicados demonstram as concepções assumidas pelo governo e expostas pelo inspetor César Pietro Martinez.

Este trabalho, longe de desvalorizar os esforços empreendidos pelo referido inspetor e que eram reflexos das condições materiais do período, teve a finalidade de problematizar uma etapa de ensino tão importante e que auxilia nas reflexões sobre a educação na contemporaneidade, nas permanências e rupturas de um projeto político liberal.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CARVALHO, M.M.C. *A escola e a república*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, R. Congresso Interestadual de Ensino. *O ENSINO* - Revista da Inspeção de Ensino do Estado do Paraná, Paraná, ano I, n. 1, jan, 1922. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105312>. Acesso em: 12 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5380/nesev.v1i1.54548>.

- CATANI, D. B. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *Educação e Filosofia*, 10(20) 115-130, jul/dez, 1996. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/928>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- CURY, C. R. J.. Cidadania republicana e educação: Governo Provisório do Marechal Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MARTINEZ, C.P. *Instruções aos professores públicos do Estado do Paraná. Inspetoria Geral de Ensino*. Curitiba: Livraria Econômica, 1921.
- MIGUEL, M. E. B. *A formação do professor e a organização social do trabalho*. Curitiba: Editora da UFPR, 1997.
- NAGLE, J. *Educação e sociedade na primeira república*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NASCIMENTO, M. I. M. *A primeira escola de professores dos Campos Gerais – PR*. 2004. 225f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas SP: 2004.
- NASCIMENTO, M.I. *A primeira Escola de Professores dos Campos Gerais – PR*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008.
- NORONHA, O. M. Educação e trabalho no contexto histórico da formação da Primeira República no Brasil (1889-1930). In: José Claudinei Lombardi; Dermeval Saviani (orgs.) *Navegando na História da Educação Brasileira: 20 anos do HISTEDBR*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2009. p. 143-188.
- O ENSINO. Curitiba: Revista da Inspetoria de Ensino do Estado do Paraná, 1922 Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105386>. Acesso em: 18 jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.51859/amplla.sbp450.1121-0>.
- PARANA. Constituição política do Estado do Paraná. In: *PARANÁ*. Decretos, regulamentos, leis e actos do Estado do Paraná 1890 a 1892. Curitiba: Typografia da Penitenciária do Estado, 1911. p. 388 - 403. Disponível em http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/Constituicoes/Constituicao_do_Parana_1891.pdf. Acesso em: 18 mai. 2020.
- PARANÁ. *Relatório apresentado ao Esmo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado pelo professor César Pietro Martinez*, Inspector Geral de Ensino. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1920.
- PARANÁ. *Relatório apresentado ao Esmo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado pelo professor César Pietro Martinez*, Inspector Geral de Ensino. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1923.
- PARANÁ. *Relatório apresentado ao Esmo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado pelo professor César Pietro Martinez*, Inspector Geral de Ensino. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1924.
- RIBEIRO, H. A nacionalização das escolas. *O Ensino*. n.1, p. 59. 1922.
- WEREBE, M. J. G. *30 anos depois*. Grandezas e misérias do ensino no Brasil. São Paulo: Alínea, 1994.

ZANLORENZI, C. M. P.; NASCIMENTO, M. I. M. Imprensa periódica e a centralidade da educação no início do século XX. *Imagens da Educação*, v. 3, n. 1, p. 11-18, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/19439>. Acesso em: 12 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v3i1.19439>.

ZANLORENZI, C. M. P. A imprensa periódica na pesquisa em história da educação: um estado de conhecimento. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 385-400, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652374>. Acesso em: 12 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v18i2.8652374>.